

# Plano de MOBILIZAÇÃO – JABOATÃO DOS GUARARAPES

MAIO - 2022



**FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES**  
F A D U R P E



PREFEITURA DO  
**JABOATÃO**  
DOS GUARARAPES

## **PLANO DE MOBILIZAÇÃO**

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **Claudia Coutinho Nóbrega (COORDENADORA)**

Eng Civil; Mestre em Engenharia Civil e Ambiental; Doutora em Recursos Naturais.  
Pós doutorado em Engenharia de Resíduos.  
(*EIA/RIMA à Resíduos Sólidos*)

### **Saulo de Tarso Marques Bezerra**

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia Civil e Ambiental; Doutor em Engenharia Mecânica, ênfase em Automação.  
(*Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*)

### **Artur Paiva Coutinho**

Engenheiro Civil. Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos; Doutor em Engenharia Civil.  
(*Hidrologia*)

### **Alice de Sousa Moreira Lima**

Engenheira Civil

### **Ana Mayara Andriola Medeiros**

Engenheira Ambiental. Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

### **Antônio Vinícius Oliveira Ferreira**

Administrador. Mestre em Economia; Doutorando em Ciências Contábeis pela Fucape Business School.  
(*Economista*)

### **Givonaldo Rosa Rufino**

Advogado. Mestrado em Gestão Pública.

### **Jônatas Santos de Araújo**

Engenheiro Civil

### **Julyana de Lira Fernandes**

Assistente Social. Doutora em Educação.

### **Kenya Soanelly Monteiro de Araújo**

Engenheiro Ambiental  
(*Especialista – Engenharia Ambiental*)

### **Marcelo Cordeiro Cruz Sampaio Cursino**

Biólogo. Especialista em Gestão e Controle Ambiental;  
(*EIA/RIMA*)

### **Pedro Rogério Rocha**

Engenheiro Ambiental. Especialização em Gestão de Projetos. Mestre em Desenvolvimento Territorial.  
(*Especialista - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*)

**Ricardo Nogueira Paiva**

Arquiteto e Urbanista. Especialista em Arquitetura e Iluminação.  
(Especialista – Arquitetura e Urbanismo)

**Samir Gonçalves Fernandes Costa**

Geógrafo. Mestre em Recursos Hídricos.  
(Demógrafo)

**Veridiana Xavier Dantas**

Pedagoga. Mestre em Educação na área de Políticas Educacionais; Doutora em Educação.  
(Especialista – Pedagogia/Assistente Social)

**Ysa Helena Diniz Moraes de Luna**

Engenheira Ambiental. Mestre em Ciência e Tecnologia e Doutora em Eng. Civil e Ambiental.  
(Especialista - Hidrologia)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da divisão dos distritos de Jaboatão dos Guararapes	17
Figura 2 - Representantes do Comitê de Coordenação do PMSB-Jaboatão dos Guararapes	21
Figura 3 - Representantes do Comitê Executivo do PMSB de Jaboatão dos Guararapes	22

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Níveis de participação cidadã em políticas públicas	14
Quadro 2 - Bairros abrangidos pela região de mobilização do PMSB	18
Quadro 3 - Cronograma dos eventos do PMSB	19
Quadro 4 - Cronograma de realização da 1ª Conferência do PMSB	26
Quadro 5 - Cronograma de realização da Audiência Pública	30

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS	10
3 METODOLOGIA	12
3.1. Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jabotão dos Guararapes	16
3.2. Proposta de eventos	16
3.3. Detalhamento das etapas	17
3.3.1. Reuniões técnicas e oficinas	17
3.3.1.1. Metodologia das reuniões técnicas e oficinas	23
3.3.2. Conferências do PMSB de Jabotão dos Guararapes – Etapas de Diagnóstico e Planejamento	24
3.3.2.1. Metodologia da 1ª Conferência do PMSB de Jabotão dos Guararapes	25
3.3.2.2. Metodologia da 2ª Conferência do PMSB de Jabotão dos Guararapes	29
3.3.3. Audiência Pública	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
5 ANEXOS	34

## 1 INTRODUÇÃO

Este documento trata da proposta metodológica para a realização do Plano de Mobilização Social, integrante do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jabotão dos Guararapes - PMSBJG.

O Plano de Mobilização Social, integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB tem como principal objetivo envolver a população de Jabotão dos Guararapes na discussão das potencialidades e problemas locais no que se refere às quatro áreas do saneamento básico no município supracitado, quais sejam abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

As Políticas Públicas que preveem os PMSB foram instituídas pelas Leis nº 14.026/2020 e Lei nº 12.305/2010, respectivamente, que são os instrumentos centrais da gestão dos serviços. Conforme esses dispositivos, o Plano de Saneamento estabelece as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, definindo objetivos e metas para a universalização e programas, projetos e ações necessários para alcançá-la.

Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços, a Política de Saneamento deve ser elaborados com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Assim, o Plano de Mobilização Social deve definir a metodologia e os instrumentos que garantam à sociedade informações e participação no processo de formulação do PMSB, devendo contemplar também mecanismos de comunicação para o acesso às informações, os canais para recebimento de críticas e sugestões, a realização de debates, conferência, seminários e audiências públicas abertas à população.

As ações de mobilização aqui propostas buscam incentivar uma mudança de postura e opinião diante de uma questão primordial como a questão saneamento básico no município, que se relaciona diretamente à qualidade de vida das pessoas e ao meio ambiente.

A Lei nº 14.026/2020 define as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações,

representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento”.

A preocupação com a questão do saneamento básico não se resume apenas cumprir o que está previsto em lei, mas oferecer à comunidade todas as condições para uma mudança de comportamento frente às decisões que irão interferir no futuro na qualidade de vida das famílias e da comunidade em geral do município.

É de grande relevância no processo a participação da sociedade, tendo em vista a necessidade da população de ter a oportunidade de expressar sua opinião e contribuir com propostas, considerando que esta é a maior interessada e a mais implicada com a definição dos objetivos, metas e ações a serem implantadas em seu município.

O objetivo geral do referido PMSB, pode ser melhor compreendido na exposição dos objetivos específicos que seguem abaixo:

- Refletir as necessidades e anseios da população.
- Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social.
- Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB.
- Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais.
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental.
- Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada através da criação de conselhos ou fóruns relacionados à temática que defenda os interesses dos usuários dos serviços de saneamento básico, tendo em vista o princípio da universalização desse setor. Sendo assim, esses novos grupos deverão transpor a prática de defesa dos interesses privados disputados pelas pessoas organizadas, mas deverá pautar o horizonte de atendimento da política de todo o território de maneira equitativa.

O Plano de Mobilização Social (PMS), no que concerne à mobilização social, abarcará atividades para a mobilização social, tais como:

- Identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMSB no município.
- Identificação e discussão preliminar da realidade atual do município, no âmbito do saneamento básico.

- Capacitação, audiências, encontros técnicos participativos.
- Divulgação da elaboração do PMS a todas as comunidades (rural e urbana), bem como a maneira que será realizada tal divulgação.

Este documento está organizado em três partes. O primeiro apresenta a relevância da participação social na democratização das políticas públicas no Brasil, com destaque para a compreensão deste processo na conquista e afirmação do Direito à Cidade, em seus aspectos teóricos e políticos. A segunda traz em linhas gerais, as diretrizes preconizadas no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) no que diz respeito aos processos democráticos para a efetivação das políticas urbanas, destacando-se dentre estas, o Saneamento Ambiental. Finalizando, trataremos dos procedimentos metodológicos de execução do Plano de Mobilização Social (PMS) no município de Jaboatão dos Guararapes, considerando as orientações normativas e pedagógicas do trabalho técnico social adotado.

Assim as orientações normativas e pedagógicas estão pautadas nos princípios democráticos e de educação popular, sendo assim, buscar-se-á atender às demandas legais de controle social prevista em Constituição vigente, Estatuto das Cidades e, Lei nº 14.026/2020, através da adoção de procedimentos que garantam a participação social efetiva.

Nesse sentido, o trabalho técnico social executado nos municípios através das Reuniões de Mobilização Social será descrito neste documento por profissionais da área social (como assistentes sociais e pedagogos) e da área técnica (representada por profissionais da área de engenharias) será orientado por um posicionamento democrático e comprometido com a população atendida.

As orientações normativas e pedagógicas podem ser materializadas pelos procedimentos descritos neste documento, como a adoção de metodologias de divulgação eficientes das reuniões, adoção de uma linguagem acessível em reunião que propicie a desinibição dos presentes, bem como a capacitação dos participantes, a fim de instrumentalizá-los para o controle social efetivo durante as etapas de elaboração e execução dos planos e, priorização de instrumentos que possibilitem a manifestação, inclusive anônima, dos presentes como a distribuição de fichas de avaliação da reunião, caderno de perguntas em etapa de diagnóstico e, ficha de contribuições em etapas de discussão e Audiências Públicas.

## 2 MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS

A elaboração e edição do PMSB é, conforme o art. 9º da Lei Federal nº 14.026/2020 é de responsabilidade do titular dos serviços. Nesse sentido, este documento está embasado nos seguintes marcos legais: Constituição Federal, Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), Lei Federal nº 14.026/2020 (Diretrizes para o Saneamento Básico) e Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

A Constituição Federal de 1988, preconiza a participação social no processo de planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas, como também o controle social por parte da população usuária dos serviços públicos.

Ainda segundo a Constituição Brasileira, o titular dos serviços de saneamento básico é o Município, assim instituído em seu artigo 30º, inciso V:

“Art. 30º. Compete aos Municípios:  
V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.”

O Estatuto da Cidade afirma em seu art. 2º, inciso II que “a gestão democrática por meio da participação popular deve ser uma prerrogativa na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

A Lei Federal Nº 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico, prevê em seu art. 3º, que a elaboração dos instrumentos apresente o controle social.

“Inciso IV: controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.”

A Lei supracitada define ainda os mecanismos de participação e controle social na gestão dos resíduos sólidos, que se faz definir pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

- III - manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- IV - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- V - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- VI - eficiência e sustentabilidade econômica;
- VII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- VIII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- IX - controle social;
- X - segurança, qualidade e regularidade;
- XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

A Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contém instrumentos importantes para enfrentar os principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

“A PNRS prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, ou seja, daquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado (Ministério do Meio Ambiente, 2013).”

A PNRS ainda propõe no seu artigo VI o controle social entendendo este como “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).”

Destaca-se que as atividades contempladas neste documento foram realizadas a partir de debates com o Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo do PMSB-Jaboatão dos Guararapes.

### 3 METODOLOGIA

As abordagens participativas, apesar de suas contradições e diferentes funcionalidades, são amplamente difundidas e inclusive servem para subsidiar e dar materialidade às orientações normativas das políticas urbanas. Desde a aprovação do Estatuto das Cidades (2001) em várias cidades brasileiras, tendo em vista que “Pelo planejamento territorial, vem se construindo a concepção de que é possível converter a cidade em benefício para todos; pode-se democratizar as oportunidades para os moradores para o uso dos recursos disponíveis de forma democrática e sustentável” (BRASIL, 2005, p.14).

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Jaboatão dos Guararapes será elaborado com a participação dos diversos setores da sociedade, tais como: gestores municipais, secretarias e autarquias municipais, Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, Conselho Municipal de Meio ambiente, Câmara Municipal, Associações Empresariais, Sindicatos, Organizações Não Governamentais, Universidades, Ministério Público, técnicos da Prefeitura e outros.

O PMSB deve ser elaborado a partir da análise da realidade do município e da proposição de objetivos para transformá-lo. Para haver mudanças, a partir da implantação da política municipal de saneamento por meio do PMSB, são fundamentais o engajamento e a participação efetiva da sociedade civil com seus vários atores, de forma que o elo gerado resulte em ações contínuas, dada a característica dinâmica do saneamento. Para tanto, o planejamento participativo torna-se fundamental no processo de construção do PMSB. (Adaptado de PSB/JF, 2011)

De acordo com Toro e Werneck (2004), o ato de mobilizar significa convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Entretanto, não se pode confundir mobilização social com manifestações públicas, como a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Assim, pode-se dizer que a mobilização social se dá quando ocorre a necessidade de se resolver alguma situação de desconforto que esteja levando ao mau funcionamento da sociedade. A partir da divulgação das informações e do conhecimento dos problemas comunitários, a população é levada a

fazer reflexões, que impulsionam as mudanças a partir do surgimento de sentimentos coletivos.

Neste contexto, os movimentos sociais vêm ganhando expressividade e, segundo Henriques (2012), fica evidente a necessidade de desenvolver modelos de planejamento, para o desenvolvimento de ações democráticas e inclusivas que estimulem a coparticipação entre os atores envolvidos.

Assim, através de uma mobilização democrática e estratégica podem-se abrir vias para o conhecimento dos problemas de uma determinada sociedade, por parte de sua população e buscar-se soluções para esses problemas.

Nesse sentido, a metodologia proposta para o Plano de Mobilização Social deverá atender aos seguintes requisitos:

- i. O envolvimento da comunidade será feito por meio de diversas modalidades de mobilização, como reuniões técnicas, oficinas, conferência e audiência públicas, visando à consulta popular e levantamento de proposições, como também para evento para validação da proposta final.
- ii. O desenvolvimento de processos midiáticos visando utilizar-se dos meios de comunicação locais para estimular e informar a comunidade acerca da importância da sua participação no processo de construção da Política Municipal de Saneamento Básico, o que deverá ser feito por meio de chamadas em meio eletrônico, rádio, TV, jornais e boletins informativos locais.

Por isso é primordial a presença e o espaço para que a população possa intervir e participar desde a elaboração do Diagnóstico integrado da situação local dos quatro componentes do plano de saneamento básico, a saber: abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. De modo a complementar e apresentar pontos de vista diferenciados ao diagnóstico elaborado pelas equipes técnicas, com seus respectivos dados atualizados, projeções e análise do impacto nas condições de vida da população, abordando necessariamente:

- a) As condições de salubridade ambiental considerando o quadro epidemiológico e condições ambientais.
- b) A estimativa da demanda e das necessidades de investimentos para a universalização do acesso a cada um dos serviços de saneamento básico, nas diferentes divisões do município ou região.

- c) O modelo e a organização jurídico-institucional da gestão, incluindo as formas de prestação dos serviços, os instrumentos e o sistema de regulação e fiscalização, o sistema de cobrança, bem como as condições, o desempenho e a capacidade na prestação dos serviços, nas suas dimensões administrativa, político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, estrutural e operacional, e tecnológica.

Tendo em vista os objetivos propostos para a Mobilização Social, as atividades com a comunidade, serão desenvolvidas por meio de estratégias didático-pedagógicas que privilegiem a compreensão e o diálogo dos participantes acerca dos mesmos conteúdos previstos na legislação, que são via de regra, pouco conhecidos do público em geral.

O Quadro 1 mostra os diferentes níveis de participação cidadã, conforme Medeiros e Borges (2007 apud BRASIL, 2011), com base em Arnstein (1969).

Quadro 1 - Níveis de participação cidadã em políticas públicas

	DEGRAUS	NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO
(-) Nível de Participação (+)	8	Controle cidadão	Cidadãos responsáveis pelo planejamento e pela política, assumindo a gestão em sua totalidade. Por planejamento, entende-se o cálculo que precede e preside a ação.	Níveis de poder do cidadão
	7	Delegação de poder	Cidadãos ocupando a maioria dos assentos nos comitês, com poder delegado para tomar decisões. Aqui, os cidadãos têm poder sobre as contas da política pública.	
	6	Parceria	Poder distribuído por uma negociação entre os cidadãos e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos em comitês.	
	5	Pacificação	O cidadão começa a ter certo grau de influência nas decisões, podendo participar dos processos decisórios. Contudo, não existe a obrigação dos tomadores de decisão de levar em conta o que ouvirem.	Níveis de concessão mínima de poder
	4	Consulta	Caracteriza-se por pesquisas de participação, reuniões de vizinhança, entre outros. Serve somente como “fachada”, não apresentando implicação prática.	

	3	Informação	Nível em que ocorre a informação de pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções. Entretanto, trata-se de um fluxo de informação somente “de cima para baixo”.	
	2	Terapia	Os técnicos de órgãos públicos resguardam-se sob o amparo de conselhos e comitês participativos para não assumir a responsabilidade em eventuais erros.	Não participação
	1	Manipulação	Tem como objetivo permitir que os detentores do poder possam instruir as pessoas. Manifesta-se em conselhos nos quais os conselheiros não dispõem de informações, conhecimento e assessoria técnica independente, fatores necessários para tomarem decisões por conta própria.	Não participação

Fonte: Adaptado de Medeiros e Borges (2007, apud BRASIL, 2011)

Os degraus apresentados no Quadro 1 vão do nível da “manipulação” (1º degrau) até o do “controle cidadão” (8º degrau): o primeiro representa o menor, e o último, o maior nível de participação social. O avanço da sociedade nos processos de participação e decisão se dá “de baixo para cima”. Como a cada degrau o envolvimento das pessoas é maior, mais perceptível torna-se a influência do cidadão nas políticas públicas, a quem compete avaliar com maior propriedade a vontade da sociedade, seus anseios e necessidades diante de determinada política que se deseja pôr em execução.

Segundo Brasil (2011), os níveis da participação no país variam efetivamente entre o 1º e o 6º degrau, podendo, em alguns casos, atingir o 7º degrau.

Dessa forma, a metodologia se pautará em recursos da educação popular, que adota como princípio a criação de espaços para o exercício dos sujeitos na construção coletiva de uma “consciência para si”, uma vez que as contradições, a dimensão política (aqui a política entendida como exercício do Ser Social), os interesses universais, são colocados como possibilidade de formação e motivação para ação dos participantes. Portanto, embora a discussão tenha o foco na elaboração do PMSB, a metodologia se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo “Porque, para que, para quem, como?”, alcançando dessa forma o

que Traspadine (2009) sugere como pressuposto do método de trabalho com a população.

A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo.

Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo. Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo, fazer pensando, construir um processo firmando suas bases em nós. (TRASPADINE, 2009, p.02).

### 3.1. Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jaboatão dos Guararapes

Conforme determina o Plano de Trabalho, a coordenação do PMSB de Jaboatão dos Guararapes é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, através das secretarias que tenham interfaces com o saneamento básico tais como: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Ordem Pública, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, Companhia Pernambucana de Saneamento, com a designação de técnico municipal e estadual, de modo a fornecer informações e dados, acompanhar os estudos, auxiliar e analisar a pertinência das proposições, bem como orientar as melhores opções de local das reuniões técnicas e para a mobilização social.

### 3.2. Proposta de eventos

Com o objetivo de promover o processo de mobilização e atendendo aos requisitos da Política Nacional de Saneamento, o Plano de Mobilização Social do PMSB de Jaboatão dos Guararapes propõe a realização dos seguintes eventos:

- i. Reuniões Técnicas, Seminários e Oficinas preliminares com o Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo e/ou com seus respectivos grupos técnicos.
- ii. Conferências do PMSB-Jaboatão dos Guararapes – Etapas de Diagnóstico e Prognóstico.
- iii. Audiência Pública.

### 3.3. Detalhamento das etapas

#### 3.3.1. Reuniões técnicas e oficinas

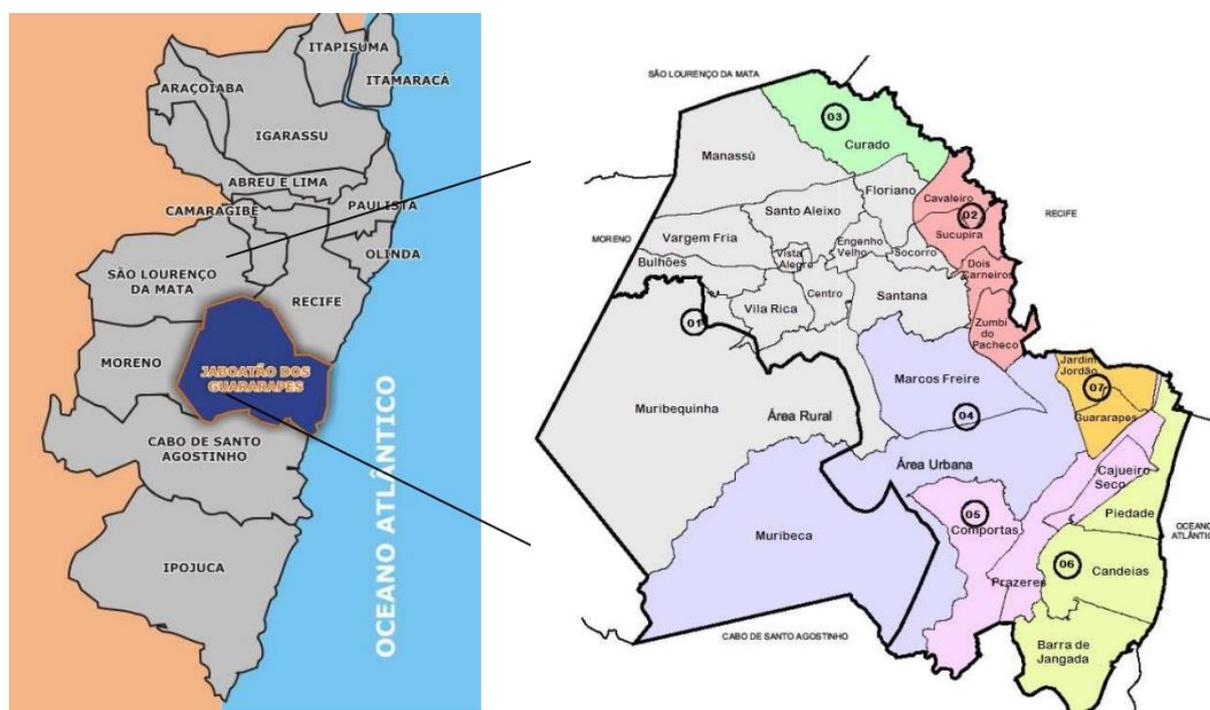
As reuniões técnicas e as oficinas deverão ser feitas visando construir e consolidar a metodologia para a Elaboração do PMSB. Nessa etapa, serão escolhidos os representantes das entidades relacionadas ao saneamento básico para participação das discussões e eventos posteriores do PMSB.

O propósito das reuniões, oficinas e demais eventos para construção de diagnóstico é o de coletar informações, sugestões e contribuições, tanto de setores especializados (prestadores privados de serviços, empresas privadas que atuam na área), servidores públicos, como da sociedade em geral, sobre os dados levantados, que irão orientar a Política de Saneamento Básico Municipal.

A proposta de mobilização social a ser executada no PMSB de Jaboatão dos Guararapes se dará mediante a participação dos representantes dos Comitê de Coordenação - CC e do Comitê Executivo – CE, sete (7) oficinas, a serem realizadas conforme as regiões que o município está dividido, sendo que cinco (5) regiões se encontram na Zona Urbana e duas (2) delas (Região de Jaboatão Centro e Muribeca), possuem grande parcela dos seus territórios em Zona Rural.

A Figura 1 mostra a divisão dos distritos adotada para a realização das oficinas do PMSB.

Figura 1 - Mapa da divisão dos distritos de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: GPLAN/SESAU - Jaboatão dos Guararapes, 2012.

## Legenda

01 - Região de Jaboatão Centro.

02 - Região de Cavaleiro.

03 - Região de Curado.

04 - Região de Muribeca.

05 - Região de Prazeres.

06 - Região de Praias.

07 - Região de Guararapes.

Também será realizada uma oitava oficina com os catadores cooperados que participam do programa de coletiva do município.

Como forma de dinamizar o processo de mobilização social, de cada uma das sete (7) oficinas serão eleitos dois (02) representantes (delegados), para participação nas conferências do PMSB com direito a voto.

O Quadro 2 mostra os bairros abrangidos pela região de mobilização social do PMSB.

Quadro 2 - Bairros abrangidos pela região de mobilização do PMSB

<b>Bairros abrangidos pelo PMSB</b>		
Areias	Curado IV	Piedade
Barra de Jangada	Dois Carneiros	Pontezinha
Bulhões	Engenho Velho	Prazeres
Cajueiro Seco	Floriano	Santana
Candeias	Guararapes	Santo Aleixo
Cavaleiro	Manassau	Socorro
Centro	Marcos Freire	Sucupira
Comportas	Muribeca	Vila Rica
Curado	Muribeca Guararapes	Vista Alegre
Curado I	Muribequinha	Zumbi do Pacheco

Dessa forma, as oficinas irão ocorrer atendendo ao que estabelece a Lei Federal Nº 14.026/2020 em cada uma das 07 regiões para mobilização social definidas, conforme o cronograma mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Cronograma dos eventos do PMSB

<b>EVENTO</b>	<b>GRUPOS PARTICIPANTES/ REGIÕES DE MOBILIZAÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>LOCAL</b>
<b>REUNIÃO PMJG</b>	Coordenação do PMSBJG e Secretaria Executiva de Saneamento e de Elaboração de Projetos de Obras	12/05	10h	Fadurpe – Madalena
<b>REUNIÃO PMJG</b>	A definir			
<b>ENTREVISTAS</b>				
<b>REUNIÃO COMITÊS</b>				
<b>1ª OFICINA</b>				
<b>2ª OFICINA</b>				
<b>3ª OFICINA</b>				
<b>4ª OFICINA</b>				
<b>5ª OFICINA</b>				
<b>6ª OFICINA</b>				
<b>7ª OFICINA</b>				
<b>8ª OFICINA (Catadores)</b>				
<b>1ª CONFERÊNCIA</b>				
<b>REUNIÃO COMITÊS</b>				
<b>CONSULTA PÚBLICA</b>				
<b>2ª CONFERÊNCIA</b>				
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>				

A participação e o controle social em saneamento, desde a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas compreendem num rico processo de aprendizagem. Por meio desse processo, pode-se qualificar o exercício da cidadania, estimulando o desenvolvimento de ações proativas que buscam a melhoria da qualidade de vida de todos e a preservação dos ambientes naturais (BRASIL, 2014).

Todos esses eventos serão abertos à comunidade de Jaboatão dos Guararapes, que poderá participar ao longo de todo o processo de formulação da política, do planejamento e da avaliação dos serviços públicos de saneamento básico.

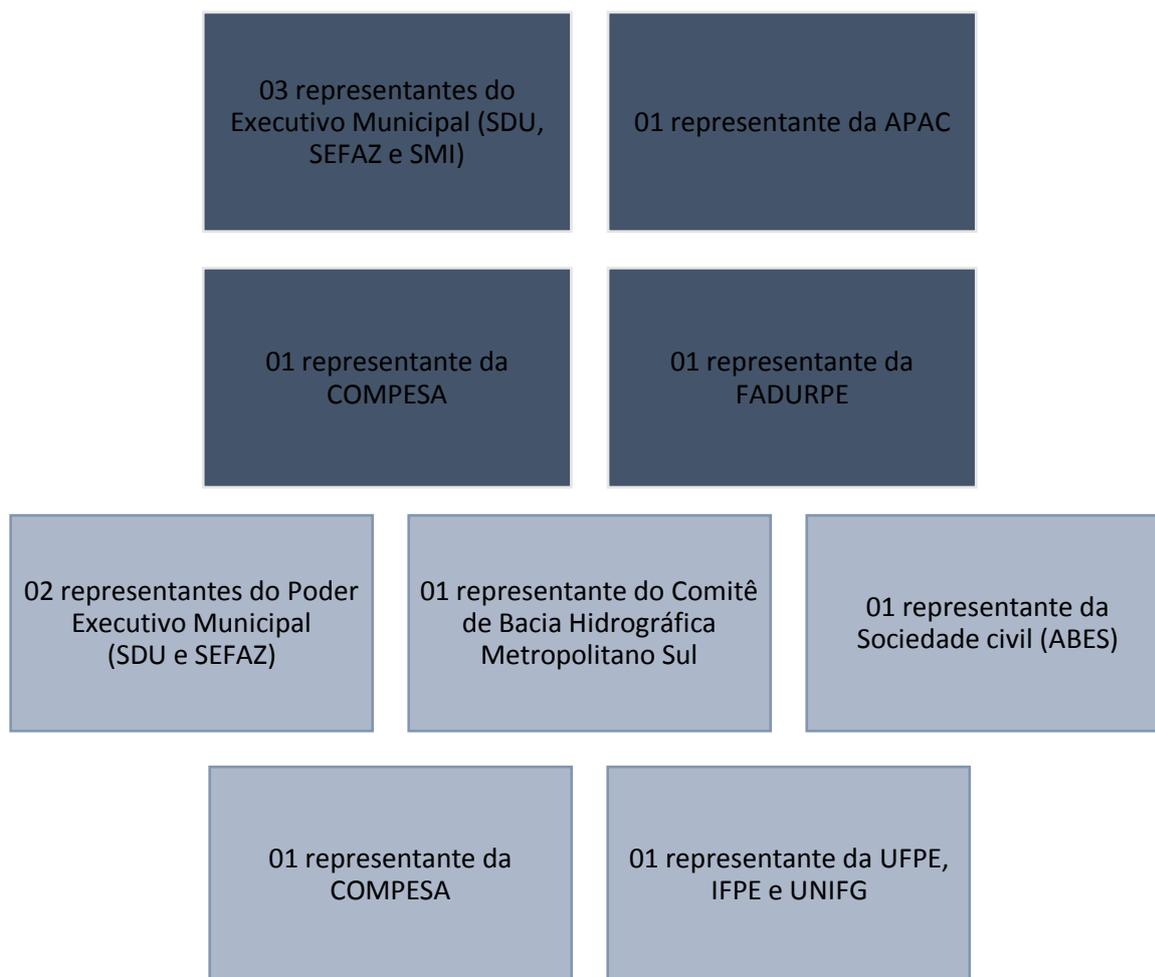
De forma específica alguns membros terão uma atuação mais direta e efetiva quer seja por representar uma entidade ou órgão de governo, quer seja por vontade própria de participar mais efetivamente do processo.

A composição dos comitês é mostrada nas Figuras 2 e 3.

1. Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda (SEFAZ)
2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU)
3. Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
4. Secretaria Municipal de Educação (SME)
5. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Ordem Pública (SDI)
6. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
7. Câmara Municipal de Jaboatão dos Guararapes
8. Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
9. Sindicato da Indústria da Construção Civil de Jaboatão dos Guararapes (SINDUSCON)
10. Ministério Público Estadual (MPE)
11. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
12. Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)
13. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
14. Faculdade dos Guararapes (UNIFG)
15. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE)
16. Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitano Sul
17. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
18. Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC)
19. Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE)
20. Procuradoria Geral do Município
21. Secretaria de Finanças
22. Secretaria de Habitação Social
23. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
24. Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
25. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção de Pernambuco (ABES-PE)

## REPRESENTANTES DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Figura 2 - Representantes do Comitê de Coordenação do PMSB-Jaboatão dos Guararapes



### ● Comitê Executivo

1. Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda (SEFAZ)
2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU)
3. Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
4. Secretaria Municipal de Educação (SME)
5. Secretaria Municipal de Infraestrutura (SMI)
6. Companhia de Saneamento de Pernambuco (COMPESA)
7. Fundação Apolônio Salles (Fadurpe)
8. Conselho Municipal de Usuário de Serviços Públicos

Figura 3 - Representantes do Comitê Executivo do PMSB de Jaboatão dos Guararapes



Desse modo, conforme definido em reuniões técnicas com a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, têm-se os seguintes representantes que exercerão um papel mais efetivo:

#### **GRUPO TÉCNICO EXECUTIVO - GTE**

- Três (03) representantes do Poder Executivo Municipal: SDU, SEFAZ e SMI.
- Um (01) representante da APAC.
- Um (01) representante da COMPESA.
- Um (01) representante da FADURPE.

#### **GRUPO TÉCNICO CONSULTIVO - GTC**

- Dois (02) representantes do Poder Executivo Municipal: SDU e SEFAZ
- Um (01) representante do Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitano Sul
- Um (01) representante da COMPESA.
- Um (01) representante do IFPE (ou outra instituição de ensino de nível superior).

#### **SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

- Um (01) representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES/PE) ou outra organização não governamental.

A Lei Federal N°. 14.026/2020 também estabelece mecanismos de controle social com relação à prestação dos serviços públicos, ao planejamento, à elaboração do Plano de Saneamento Básico, à regulação dos serviços públicos de saneamento e à validade dos contratos.

### 3.3.1.1. Metodologia das reuniões técnicas e oficinas

Existem várias ferramentas que servem de auxílio no planejamento, os passos do presente e do futuro em relação a situação do setor de saneamento. Uma delas é a Análise Swot, que é utilizada durante a realização do planejamento estratégico para auxiliar na compreensão do cenário em que se encontra o setor.

A palavra Swot é uma sigla em inglês originária das palavras Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) e dá nome a uma matriz que facilita a visualização destas quatro características, que são inerentes aos mais variados tipos de ações.

O método SWOT analisa as forças internas em relação às oportunidades externas, bem como as fraquezas internas em relação às ameaças externas à organização, ou seja, analisa as condições de partida frente às tendências e cenários futuros. Esse método permite aos gestores obterem um diagnóstico mais preciso da realidade organizacional e das perspectivas do ambiente externo, visto que propicia a contextualização da organização em nível micro e macro, local e não local.

Através desses dados, é possível ter uma maior noção dos pontos fracos e fortes, do cenário em que o sistema de saneamento está inserido, além de servir como auxílio para tomada de decisões.

Basicamente devem ser consideradas as seguintes ações para elaboração de uma análise SWOT.

- **Divisão cenário do setor de saneamento em duas partes**

Com o objetivo de entender melhor o cenário em que se está inserido, é necessário dividi-lo em ambiente externo (variáveis que afetam o setor de fora para dentro) e ambiente interno (variáveis que partem do setor, de dentro para fora).

- Definição do ambiente interno

No ambiente interno, é necessário determinar as forças e fraquezas de um setor em comparação com outros.

- Definição do ambiente externo

As oportunidades e ameaças estão dentro do chamado ambiente externo. Elas variam de acordo com a esfera em que o empreendimento está inserido. A seguir se faz a diagramação dos dois ambientes e se escolhe o melhor cenário para o planejamento futuro.

### 3.3.2. Conferências do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jaboaão dos Guararapes – Etapas de Diagnóstico e Prognóstico

As Conferências do PMSB-JG compreendem uma etapa fundamental na construção de soluções participativas para problemas coletivos visto que é o momento para o debate qualificado de ideias e da participação ativa da população. Por meio da Conferência do PMSB é que serão referendados os estudos elaborados na etapa de diagnóstico mediante a incorporação das sugestões retiradas das oficinas e reuniões.

Propõe-se a realização destes eventos nos mesmos moldes utilizados pela Prefeitura de Jaboaão dos Guararapes em conferências anteriores. Para tanto, o diagnóstico consolidado, após aprovado pelo GTE, deverá ser disponibilizado para consulta de toda a população em um prazo mínimo de dez (10) dias anteriores a realização do evento. Esse material deverá estar disponível para consulta no site de divulgação do PMSB de Jaboaão dos Guararapes e através de vias impressas disponibilizadas em locais de fácil acesso a população interessada, a serem definidos pelo GTE.

Deve ser garantida a participação, nas Conferências do PMSB, de entidades vinculadas ao saneamento básico (COMPESA, entidades de classe, sindicatos, organizações não governamentais - ONGs, meio acadêmico, etc.). A participação dessas entidades deverá ocorrer por meio de seus representantes, eleitos nas etapas de reuniões técnicas do PMSB.

São objetivos das Conferências do PMSB-JG:

- Discutir o PMSB dando conhecimento à população da metodologia utilizada em sua elaboração.
- Obter a visão da sociedade, principalmente no que se refere aos problemas enfrentados pela população quanto aos quatro componentes (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas).

- Fornecer subsídios a equipe responsável pela elaboração do PMSB para a proposição de diretrizes para a Política de Saneamento Básico do município de Jaboaão dos Guararapes, bem como obter dados/sugestões que possam contribuir para as demais fases do PMSB.
- Referendar os principais problemas nos setores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas do município de Jaboaão dos Guararapes, apresentados no Diagnóstico, na visão dos vários segmentos sociais presentes.
- Fornecer subsídios para as prioridades de atuação do PMSB.
- Divulgar as próximas fases do PMSB.

As Conferências do PMSB deverão ter duração prevista de aproximadamente quatro (4) horas. Esses eventos serão abertos a toda população e, deverão ocorrer em locais de fácil acesso de modo a facilitar a participação.

Está prevista a realização de duas conferências de saneamento para discussão do PMSB. A primeira conferência tem como objetivo a apreciação do Diagnóstico da Situação do Saneamento no Município de Jaboaão dos Guararapes. Já, a segunda conferência, tem como propósito submeter o plano, mais especificamente, o planejamento dos programas, projetos e ações e os produtos finais do PMSB, à apreciação da população.

### 3.3.2.1. Metodologia da 1ª Conferência do PMSB de Jaboaão dos Guararapes

A data prevista para a realização da 1ª Conferência do PMSB-JG terá o dia e horário definidos posteriormente.

A definição do local a ser escolhido para sediar a 1ª Conferência ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Jaboaão dos Guararapes.

- **Logística**
  - **Meios e veículos** – convites para a conferência deverão ocorrer através de *releases* nos sites de divulgação do PMSB e nas redes sociais, através de e-mail, *mailing*, marketing junto aos possíveis parceiros (entidades, associações, etc.), nos mercados públicos, Unidades Básicas de Saúde, nos Conselho Regional de Assistência Social - CRAS e CREA.

- **Materiais** – deverá ser reservado, com antecedência, espaço para a realização da conferência que comporte ao menos 200 (duzentas) pessoas, com estacionamento; equipamentos de data show, computador, notebooks, fotografia, som; telão, *banners*, pano de fundo, *flipcharts*, pincéis atômicos, kit (caneta, bloco de anotações, pastas e crachás), lista de presença, *folders* explicativos.

Ao final da Conferência, deverá ser redigida uma ata contendo as principais deliberações e resultados apresentados. Esta ata deve ser assinada e anexada ao PMSB, como forma de comprovar a realização da mobilização social na construção da Política de Saneamento de Jabotão dos Guararapes. Destaca-se que durante a Conferência, a equipe técnica de consultores e de apoio deverão estar devidamente identificada por meio de crachás, para facilitar as ações durante o evento.

- **Estruturação Proposta**

Propõe-se que a Conferência do PMSB tenha duração aproximada de quatro (4) horas. A metodologia será dividida em quatro (4) momentos, a saber:

- Credenciamento dos participantes, definição dos votantes e abertura dos trabalhos com a apresentação do plano.
- Organização dos participantes em quatro (04) grupos temáticos referentes a cada componente do saneamento básico – Água, Esgoto, Resíduos Sólidos e Drenagem.
- Discussão e apresentação de sugestões e críticas ao PMSB.
- Votação, elaboração da ata e encerramento da 1ª Conferência do PMSB.

O Quadro 4 mostra o cronograma de realização da 1ª Conferência do PMSB de Jabotão dos Guararapes.

Quadro 4 - Cronograma de realização da 1ª Conferência do PMSB

MOMENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
1	Credenciamento 8h00 às 9h00	Credenciamento dos participantes e identificação dos votantes	GTE
	Abertura e apresentação 8h30 às 9h15	Abertura dos trabalhos e apresentação do Diagnóstico do PMSB	GTE
2	Formação dos grupos temáticos	Deverá ser convidado 1 palestrante que abra os	

	9h15 às 9h30	trabalhos sobre a temática do saneamento com foco em PMSB	GTE
<b>Coffee break</b> <b>9h30 às 9h45</b>			
<b>3</b>	Discussão dos grupos 9h45 às 11h15	Debates em cada grupo a respeito do que foi apresentado, com levantamento de sugestões e críticas ao PMSB	FADURPE
	Apresentação das propostas 11h15 às 11h45	Apresentação, pelo líder de cada grupo das propostas debatidas no momento anterior	GTE
<b>4</b>	Votação e elaboração da ata 11h45 às 12h15	Votação pelos representantes credenciados e com direito a voto e encerramento dos trabalhos	GTE

O primeiro momento será constituído pelo credenciamento dos participantes para identificação daqueles com direito a voto durante a 1ª Conferência do PMSB. Destaca-se que terão direito a voto, conforme definido em reunião técnica na Prefeitura Municipal de Jaboaão dos Guararapes, que será realizada em dia e local a definir, com os seguintes representantes:

- Vinte (20) delegados – escolhidos durante a etapa de oficinas.
- Trinta (30) representantes do Poder Público.
- Trinta (20) representantes do setor de saneamento.
- Vinte (30) representantes da população.

O credenciamento terá início às 08h e se estenderá por um período de uma (01) hora, com a entrega de crachás identificando o nome do representante e respectivo segmento de representação (delegados, Poder Público, setor de saneamento, população). Para facilitar o credenciamento da maior quantidade de pessoas habilitadas a votar, essa etapa ocorrerá simultaneamente à abertura e apresentação do PMSB. Por sua vez, a abertura e apresentação do diagnóstico do PMSB ocorrerão das 08h30 às 09h15, compreendendo um tempo de quarenta e cinco (45) minutos.

A abertura do evento poderá ser conduzida pelo cerimonial da Prefeitura Municipal de Jaboaão dos Guararapes, consistirá no pronunciamento de algum representante do Poder Público Municipal e composição da mesa, seguida de uma apresentação do diagnóstico do PMSB.

No segundo momento serão formados quatro (4) grupos temáticos referentes aos quatro componentes do saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas). Esses grupos irão debater sobre seus temas e formularão propostas, críticas e sugestões a serem incorporadas no PMSB, a esta etapa do diagnóstico e na outra conferência a etapa de planejamento. Essas contribuições poderão ser de caráter aditivo, supressivo ou substitutivo. A composição dos grupos deve levar em conta a participação de representantes de cada segmento da sociedade com direito a voto na 1ª Conferência do PMSB. Esse momento terá duração aproximada de quinze (15) minutos. Os delegados serão distribuídos de forma equitativa em cada sala de debates por tema, considerando-se o número presente a esta conferência e sendo incorporados de forma equitativa os demais participantes.

O terceiro momento, corresponde a discussão dos temas específicos em cada grupo. Cada grupo deverá ter um líder que registrará as propostas de forma organizada para posterior apresentação à plenária. Durante os trabalhos, o grupo deverá discutir o tema buscando elencar propostas que possam contribuir para a elaboração do PMSB nas etapas posteriores. Também poderão ser levantados pelo grupo questões a serem incorporadas ao Diagnóstico. As propostas a serem incorporadas passarão por análise técnica pelos responsáveis pela elaboração do PMSB e caso sejam cabíveis, passarão a incorporar o texto do PMSB. Cada grupo elegerá ainda um representante para apresentar na Plenária o que foi discutido e suas propostas. Esse momento terá duração aproximada de duas (02) horas.

A última etapa da 1ª Conferência do PMSB será a votação das propostas pelos representantes com direito a voto presentes na plenária. Dessa forma, para fins de validação dessa etapa do processo de mobilização social, terão direito a voto na 1ª Conferência do PMSB os representantes citados anteriormente. A aprovação do que for debatido será feita mediante manifestação favorável da maioria simples (50% + 1) dos representantes presentes na plenária da 1ª Conferência do PMSB. Essa etapa terá duração aproximada de trinta (30) minutos. Da mesma forma será procedido na 2ª Conferência.

Deverá ainda ser elaborada uma ata contendo as propostas aprovadas por cada grupo temático. A ata deverá ser assinada por representante do Poder Público e demais segmentos de participação da mobilização social do PMSB e será, posteriormente, anexada aos produtos do referido plano.

### 3.3.2.2. Metodologia da 2ª Conferência do PMSB de Jabotão dos Guararapes

Propõe-se a realização da 2ª Conferência nos moldes da 1ª Conferência do PMSB, com a diferença no objeto a ser debatido. Durante a 1ª Conferência, serão discutidos aspectos relacionados ao diagnóstico. Já na 2ª Conferência, os debates deverão ocorrer em torno do Prognóstico, envolvendo os programas, projetos e ações propostos para o horizonte de vinte (20) anos de planejamento do PMSB. Da mesma forma, será garantida a participação da sociedade nas discussões e terão direito a voto os segmentos participantes da etapa anterior.

### 3.3.3. Audiência Pública

A Audiência Pública refere-se a uma reunião destinada a expor à comunidade as informações sobre um determinado plano, projeto ou obra de interesse público com o intuito de informar, discutir, esclarecer dúvidas e ouvir opiniões sobre os anseios da comunidade. A realização deste evento é um processo educativo, visto que há o repasse de informações ao público, promovendo a divulgação e a discussão do plano. O objetivo também perpassa pelo repasse de informações pelo público à administração pública que servirá de subsídio ao documento final. (PSB/JF, 2011)

De acordo com o Ministério Público,

“A legislação brasileira prevê a convocação de audiência pública para realização da função administrativa, dentro do processo administrativo, por qualquer um dos Poderes da União, inclusive nos casos específicos que versam sobre meio ambiente, licitações e contratos administrativos, concessão e permissão de serviços públicos, serviços de telecomunicações e agências reguladoras.” (<http://www.mp.go.gov.br>, acesso em 09 de maio de 2022).

Deste modo a audiência pública revela-se como um processo documental de grande importância material na medida em que dá sustentação à decisão adotada. Outro ponto relevante volta-se para seus beneficiários, neste caso, os cidadãos de Jabotão dos Guararapes, que tem no processo a garantia de uma prática mais justa e transparente da administração ao levar em conta a opinião pública, democratizando o poder.

Ressalta-se que deve ser garantida ampla visibilidade na divulgação da Audiência Pública visando garantir a maior participação social possível. Novamente, privilegiando

o debate qualificado, convites formais deverão ser direcionados às entidades e grupos participantes da Conferência do PMSB.

Este evento deverá ser aberto à comunidade em geral, com a participação primordial da Câmara de Vereadores, Ministério Público, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Usuário de Serviços Públicos e outros representantes.

As sugestões deverão ser incorporadas para finalmente ter o PMSB em sua versão final. Deverá ser lavrada uma ata que, após assinada, fará parte dos anexos do texto do PMSB.

As recomendações para a audiência pública, seguirão uma metodologia própria, definida em legislações e resoluções específicas, tais como a Resolução CONAMA nº 237/1997 e CONAMA nº 001/1986. Essa metodologia será descrita posteriormente.

Em anexo, ao final deste documento, encontra-se um modelo do regulamento da audiência pública do PMSB.

O Quadro 5 mostra o cronograma de realização da Audiência Pública do PMSB.

Quadro 5 -Cronograma de realização da Audiência Pública

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DURAÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>Abertura</b>	15 minutos	GTE
<b>Início das inscrições</b>	2h	
<b>Término das inscrições</b>		
<b>Apresentação do PMSB</b>	1h	COORDENAÇÃO/FADURPE
<b>Manifestação dos representantes das entidades e sociedade civil organizada</b>	3 minutos para cada exposição	GTE
<b>Manifestação dos inscritos</b>	2h (dividir o tempo pelo número de inscritos)	
<b>Manifestação dos Parlamentares</b>	3 minutos para cada exposição	
<b>Manifestação dos Secretários presentes</b>	5 minutos para cada exposição	
<b>Réplicas: GTE</b>	20 minutos	COORDENAÇÃO/GTE e FADURPE

- **Plano de Comunicação**

De acordo com BRASIL (2011), uma das condições para a participação é o conhecimento claro do objeto a ser planejado e o acesso às informações necessárias

para a elaboração do PMSB. Devem ser previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação da compreensão das informações para que a sociedade possa contribuir e fazer suas escolhas nas etapas de elaboração do Plano.

A forma de publicidade e divulgação dos trabalhos de elaboração do PMSB e dos eventos públicos será abrangente, com publicação nos periódicos locais de circulação, chamadas nas rádios locais, nos sites das secretarias do município, além da distribuição de convites às entidades envolvidas.

Em consonância com o que está disposto no Termo de Referência para elaboração do PMSB, propõe-se como mecanismos para a divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação a elaboração de informativos ou boletins impressos, cartilhas, páginas para a internet, vídeos explicativos e programas de rádio dentre outros meios de divulgação e comunicação.

Esses mecanismos visam estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento e da fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico no município de Jaboatão dos Guararapes.

Ficará a cargo dos responsáveis pela comunicação e divulgação do PMSB, no caso a FADURPE e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, as seguintes atividades:

- Elaboração de questionários online para captação de opinião da sociedade e de interessados a respeito da situação atual do saneamento básico no município de Jaboatão dos Guararapes.
- Elaboração de convites formais e convites via e-mail.
- Elaboração de material para divulgação como *folders*, *banners*, bem como organização dos equipamentos necessários para realização dos eventos do PMSB (equipamento multimídia, pincéis atômicos).
- Elaboração de cartilhas e material para divulgação em carros de som e rádios.
- Atualização de informações sobre o PMSB nas redes sociais.

O desenvolvimento deste PMSB, assim como vem sendo feito na elaboração de planos de saneamento em outros municípios do Brasil, foi confeccionado em conformidade com as técnicas próprias das ciências sociais, sobretudo aquelas ligadas ao trato com público, entre elas a Comunicação, a Sociologia e aquelas ligadas à Comunicação Digital e Visual.

No que concerne à metodologia para execução do PMSB, recomenda-se, em caráter geral, que os meios e veículos de comunicação integrantes do referido plano, direcionam-se para a manutenção do processo de comunicação e do melhor intercâmbio entre o público alvo, os grupos técnicos a serem definidos de acordo com este Plano de Mobilização Social e a equipe responsável pela elaboração do PMSB.

Cabe destacar que este Plano de Comunicação está atrelado às ações do Plano de Mobilização Social descrito anteriormente.

Por fim, conforme apresentado anteriormente, este Plano de Comunicação tem como objetivo servir de interface entre os grupos sociais que estão envolvidos direta ou indiretamente no processo de elaboração do PMSB de Jaboaão dos Guararapes. Para tanto, quanto à continuidade dos contatos com o público alvo, deve-se ressaltar que somente a evolução do processo irá indicar rumos diferenciados na comunicação a ser executada, daqueles que por ora estão sendo aqui apresentados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, este documento, o Plano de Trabalho tem o intuito de servir como norteador das etapas a serem desenvolvidas no decorrer da prestação de serviços, ressaltando a importância da participação social.

O Plano de Trabalho desenvolvido tem por objetivo estabelecer os direcionadores estratégicos assim como a agenda das ações e atividades que deverão orientar os trabalhos; planejar as atividades para um dado período, primeiro para aprovar junto aos tomadores de decisão, depois como documento-guia para atividades que serão realizadas durante o ciclo de planejamento e permitindo assim o respectivo acompanhamento e participação dos Grupos de Trabalho do município de Jaboaão de Guararapes.

Em suma, o Anexo I deste documento corresponde ao Ofício para Prefeitura Municipal de Jaboaão dos Guararapes solicitando informações a serem acrescentadas ao Plano de Mobilização.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Diretrizes da Política e Elaboração do Plano de Saneamento Básico. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Participação social para a elaboração de plano municipal de saneamento básico. In: BRASIL. Ministério das Cidades. In: Peças técnicas relativas a planos municipais de saneamento básico. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Curso de Planos de Saneamento Básico. 2014.

BRASIL. Lei Federal N°. 14.026/2020 de 15 de julho de 2020. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.<Acesso em 8 de maio de 2022>

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PSB/JF. Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora. Produto 1 – Planejamento do Processo de Elaboração do Plano. 2011.

## 5 ANEXOS

I. Anexo I - Ofícios para Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes PE

*Cláudia Coutinho Tróvão*

---

FADURPE

---

COORDENAÇÃO PROJETO

## ANEXO I

Recife, 18 de maio de 2022.  
Ref. SE 135/2022 – SEINFRA

Ilmo Sr.  
**Alex Silva Ramos**  
Secretário Executivo  
Secretaria Executiva de Saneamento e de Elaboração de Projetos de Obras

**Assunto:** Informações para Composição do Comitê – Contrato 027/2021.

Prezado Secretário,

A Fundação Apolônio Salles – FADURPE, inscrita no CNPJ nº 08.961.997/0001-58, com sede na Rua Dom Manuel de Medeiros, SN, Campus da UFRPE, Dois Irmãos, Recife, PE, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar informações para o desenvolvimento do Plano de Mobilização, uma das etapas referentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico de Jaboatão dos Guararapes, conforme segue.

- Composição dos comitês para atuação no processo do PMSBJG: como exposto na reunião, foi listado cerca de 24 conselhos, entidades ou órgãos de governo. Gostaríamos de saber se há sugestão de inserir mais algum e se os listados estão corretos quanto à nomenclatura, bem como a sua representação nos grupos técnicos.
- Sugestão de Sociedade Civil Organizada para composição do Comitê de Organização.
- Para a elaboração do Cronograma de eventos, solicitamos a sugestão de DATA, HORÁRIO e LOCAL para tais eventos.
- Em anexo, encaminhamos quadro para preenchimento das sugestões.

Agradecemos antecipadamente seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento do Plano de Mobilização.

Atenciosamente,



Ivanelde de Souza Machado  
Secretaria Adjunta  
Fundação Apolônio Salles – FADURPE

Anexo 1

**Quadro para complementação das informações de acordo com vossas sugestões:**

<b>EVENTO</b>	<b>GRUPOS PARTICIPANTES/ REGIÕES DE MOBILIZAÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>LOCAL</b>
<b>REUNIÃO PMJG</b>	Coordenação do PMSBJG e Secretaria Executiva de Saneamento e Elaboração de Projetos de Obras	12/05	10h	FADURPE - Madalena
<b>REUNIÃO PMJG</b>				
<b>ENTREVISTAS</b>				
<b>REUNIÃO COMITÊS</b>				
<b>1ª OFICINA</b>				
<b>2ª OFICINA</b>				
<b>3ª OFICINA</b>				
<b>4ª OFICINA</b>				
<b>5ª OFICINA</b>				
<b>6ª OFICINA</b>				
<b>7ª OFICINA</b>				
<b>8ª OFICINA (Catadores)</b>				
<b>1ª CONFERÊNCIA</b>				
<b>REUNIÃO COMITÊS</b>				
<b>CONSULTA PÚBLICA</b>				
<b>2ª CONFERÊNCIA</b>				
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>				

\* Cada oficina corresponde a uma região do município.